

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
PLAGEDER**

**CLEBER SCHUSTER**

**O êxodo rural em Arvorezinha e suas possíveis causas: Um estudo de caso no Alto Vale  
do Taquari – RS.**

**Porto Alegre  
2017**

**CLEBER SCHUSTER**

**O êxodo rural em Arvorezinha e suas possíveis causas: Um estudo de caso no Alto Vale do Taquari – RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. João Daniel Dorneles Ramos.

Tutor orientador: Tiago Lemões da Silva

**Porto Alegre**

**2017**

**Cleber Schuster**

**O êxodo rural em Arvorezinha e suas possíveis causas: Um estudo de caso no Alto Vale  
do Taquari – RS.**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, \_\_\_\_de \_\_\_\_de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. João Daniel Dorneles Ramos – Orientador

UFRGS

---

Profa. Dra. Lorena Candido Fleury

UFRGS

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

UFRGS

Dedico a conquista da conclusão do Curso de Graduação  
PLAGEDER, aos meus pais e a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais por terem me gerado e criado em um ambiente familiar e por terem motivado e oportunizado a formação escolar até o nível médio.

Aos professores, tutores e coordenadores do Pólo da UAB de Camargo, e a UFRGS, por terem oferecido todas as condições e por terem oportunizado a nossa formação no PLAGEDER.

Ao orientador do TCC, professor João Daniel Dorneles Ramos e ao Coorientador Tutor Tiago Lemões da Silva pelas orientações e atenção dispensada.

Ao orientador de estágio Engenheiro Agrônomo Ivan Iuri Bonjorno pela disponibilidade e atenção dispensada na assessoria, orientação e acompanhamento durante a realização dos estágios.

A toda família do Sr. Reni Sanson Tomé e aos proprietários da Ervateira Kimate, Charles e Lucio Gosi, por terem me oportunizado realizar os estágios curriculares em seus estabelecimentos.

A todos os colegas pela atenção e pelas relações de amizades construídas ao longo do curso que certamente deixarão saudades.

A minha esposa Maribel e os filhos Gabriel e Anabel que entenderam minha ausência durante a realização da graduação, me apoiando emocionalmente para a continuidade e conclusão do curso.

E por fim agradeço a Deus por conceder-me saúde e inspiração, para enfrentar as dificuldades e para seguir perseverante na busca do conhecimento e da formação acadêmica, para que também eu possa contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar no trabalho da extensão rural.

## RESUMO

Compreender os movimentos migratórios, especialmente entre os jovens rurais que optam pelas cidades, têm sido objeto de estudos e pesquisas, em virtude do êxodo rural acentuado a partir da década de 70. O presente trabalho procurou encontrar a partir dos jovens entrevistados, quais foram os motivos que os levaram a deixar o meio rural optando pelo trabalho e pela residência urbana. Procuramos contextualizar brevemente as características econômicas e sociais do município de Arvorezinha-RS, focando principalmente para as questões populacionais, agrárias, produtivas, do êxodo e da sucessão na agricultura familiar. Na sequência passamos a discutir os resultados fazendo a identificação dos entrevistados, as atividades agrícolas, os motivos que levaram a migração, a visão dos jovens em relação as vantagens e desvantagens do rural e do urbano, os vínculos com o rural, as questões do trabalho da renda, de gênero e da sucessão.

**Palavras-chave:** Jovens; Agricultura Familiar; Êxodo Rural e Sucessão.

## **ABSTRACT**

Understanding migratory movements, especially among rural young people who opt for cities, have been the subject of studies and research, due to the rural exodus accentuated since the 1970s. The present study sought to find out from the young people interviewed what the reasons that led them to leave the rural environment opting for work and for the urban residence. We seek to briefly contextualize the economic and social characteristics of the municipality of Arvorezinha-RS, focusing mainly on population, agrarian, productive, exodus and succession issues in family agriculture. We then discuss the results by identifying the respondents, the agricultural activities, the reasons for migration, the views of young people on the advantages and disadvantages of the rural and urban, the links with the rural, labor issues income, gender and succession.

**Keywords:** Young; Family farming; Rural Exodus and Succession.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Motivos que levaram os jovens migrar para a cidade	27
Gráfico 2 – Principais problemas quando estavam no meio rural	29
Gráfico 3 – Vantagens do meio rural	31
Gráfico 4 – Pretensões de permanecer na cidade ou voltar ao meio rural	32
Gráfico 5 – O que é necessário para melhorar a qualidade de vida e garantir a permanência dos jovens no meio rural	33



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- EMATER – Associação de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRAMATE – Instituto Brasileiro da Erva Mate

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>ANALISANDO O ÊXODO RURAL E PERSPECTIVAS A PARTIR DOS JOVENS.....</b>	<b>18</b>
3.1	Identificação dos entrevistados.....	18
3.2	Os jovens e a atividade agrícola.....	21
3.3	Motivos do êxodo.....	26
3.4	Valores e dilemas do rural e do urbano na visão dos jovens.....	29
3.5	Permanência do rural e condição do vai e vem.....	32
3.6	O repensar do trabalho da renda e da autonomia.....	34
3.7.	As questões de gênero e posse da propriedade rural.....	35
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>39</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro da entrevista semiestruturada.....</b>	<b>42</b>
	<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento.....</b>	<b>43</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Embora existam muitos estudos sobre as causas e consequências do êxodo rural, existem também muitas particularidades que variam de uma região para outra, em virtude das condições econômicas e sociais da população rural e dos atrativos que as cidades proporcionam em termos de oferta de trabalho, possibilidade de estudo e ascensão profissional, além de outras que podem atrair, principalmente os jovens rurais.

Meu interesse pelo tema do êxodo rural foi em virtude de ser filho de agricultores e também fruto do êxodo rural quando iniciei minha atuação profissional na extensão rural, onde trabalho até o presente. O que me levou a realizar a pesquisa foi o interesse de compreender os motivos que levam os jovens abandonarem o campo em direção a cidade.

O tema do êxodo rural e da sucessão na agricultura familiar vem ganhando importância nas instâncias acadêmicas, políticas, de extensão e de pesquisa, em relação ao futuro das propriedades rurais e da vida no campo, tendo em vista a sequente redução da população rural.

Segundo Schneider (2002), a população rural do Rio Grande do Sul em 1970 era de 2.522.897, representando 32,5% do total, em 2000 eram 1.868.850, representando 18,4%, e em 2010 a população rural era de 1.593.291 representando 14,8% do total de habitantes do estado.

De acordo com da Silva (2015), o censo do IBGE 2010 aponta que apenas 12% dos jovens estão no meio rural e cerca de 25% dos 441.467 estabelecimentos rurais de produção familiar já não possuem sucessor para a continuidade das atividades agropecuárias, além daquelas famílias que ainda tem filhos que poderão migrar para as cidades aumentando este número de propriedades rurais sem sucessor.

Pretende-se compreender, neste estudo de caso, as causas da migração da população rural para as cidades, em especial dos jovens. Segundo dados da Emater (2013), a população rural em Arvorezinha no ano de 1991 era de 8195 habitantes, reduzindo para 4885 no ano 2000 e para 3952 em 2010, sendo 2070 homens, e 1882 mulheres (IBGE,2010). Já a população urbana que em 1991 era de 4441 habitantes passou para 6237 no ano de 2010.

É importante salientar que no ano de 1993 houve a emancipação do município de Itapuca, que se desmembrou de Arvorezinha, e de acordo com o Censo do IBGE (2000), a população do município era de 2.691 habitantes, população considerada como rural e pertencente ao município de Arvorezinha, no censo anterior.

Inicialmente parti de um pressuposto hipotético que o principal motivo da migração dos jovens para o meio urbano seria o sistema patriarcal, muito comentado e presente em algumas

famílias rurais, onde o pai realiza o planejamento e a gestão da propriedade rural, sem oportunizar aos filhos o direito de participar das decisões e da divisão do resultado do trabalho.

No entanto, no decorrer da pesquisa, o estudo mostrou, a partir dos jovens entrevistados, que são diversos os motivos do êxodo rural, mas preponderantemente aparecem, a busca de autonomia através do trabalho e renda própria, a divergência de idéias em relação aos pais, a facilitação de acesso para os estudos, a busca por melhores oportunidades, por um trabalho menos penoso e por outras vocações, por problemas de saúde e pelo casamento.

O objetivo deste trabalho está centrado na identificação dos motivos que levam os jovens rurais a migrarem para as cidades. Os objetivos específicos foram avaliar as causas pelas quais os jovens migraram do meio rural para a cidade; analisar junto a família que ficou no meio rural, quais as perspectivas futuras em relação as suas propriedades rurais e a permanência no campo, verificando de que modo era a participação dos jovens pesquisados no planejamento e gestão das propriedades familiares.

A abordagem do estudo foi qualitativa, no intuito de conhecer quais são os motivos que levam a saída dos jovens do meio rural no município de Arvorezinha, bem como indicar possíveis ações para minimizar os problemas apontados como os geradores do êxodo rural.

Foi realizada uma pesquisa exploratória com a aplicação de entrevistas semiestruturadas, com 10 jovens, moças e rapazes, que residiam nas propriedades rurais familiares, no município de Arvorezinha e atualmente estão residindo e trabalhando no meio urbano dos municípios de Arvorezinha e Guaporé.

Segundo Verdejo (2006), a entrevista semiestruturada é uma ferramenta que facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente sem as limitações criadas por um questionário.

Para a seleção dos jovens que foram entrevistados, conversamos com lideranças de algumas comunidades e estes apontaram alguns jovens que saíram do meio rural nos últimos anos e passaram a residir na cidade, apontando também se os pais e o restante da família abandonaram ou continuam no meio rural.

Após as indicações dos moradores das comunidades rurais passamos a contatar com os jovens e realizar o convite para a participação da pesquisa ora proposta. O critério de seleção foi basicamente os jovens oriundos do meio rural que estão residindo e trabalhando na cidade e que tenham seus pais e demais familiares ainda residindo na propriedade rural.

Nos embasamos também em pesquisas bibliográficas acerca do tema estudado para compreender as diferenças e semelhanças com a pesquisa local, fazendo uma correlação entre os dados pesquisados e aqueles encontrados nas bibliografias.

A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, visando compreender quais os motivos que levaram tais jovens a migrar para a cidade. A partir das entrevistas o conteúdo foi redigido e gravado, analisado, visando a geração de informações.

Percebemos durante a realização das entrevistas uma certa maturidade dos entrevistados, a visão que eles têm em relação as vantagens e desvantagens do rural e do urbano, e a forte ligação que praticamente todos os entrevistados ainda preservam com sua família e com o meio rural. A experiência no meio rural e no urbano se deve ao fato de terem ficado com os pais na agricultura até a adolescência e a juventude, e já estarem na cidade por um bom tempo, o que levou o conhecimento e a vivência das duas realidades.

As principais questões analisadas neste estudo, foram os pontos de vista e as opiniões dos jovens, desde as condições da infraestrutura e da renda, da forma de como era realizado o planejamento e a gestão técnica e econômica das propriedades, quais eram os principais problemas enfrentados pelo jovem e pela família, sobre o que seria necessário para melhorar a qualidade de vida e para garantir a permanência dos jovens no meio rural, os motivos que levaram os jovens a migrarem para a cidade, as vantagens e desvantagens do meio urbano e do meio rural e a pretensão futura dos entrevistados em continuar na cidade ou voltar ao meio rural.

Buscando garantir o sigilo dos participantes do estudo, a identificação das entrevistas foi codificada numericamente de 01 a 10, e guardadas em uma ficha que ficará em um arquivo.

No capítulo 02 apresentaremos uma breve caracterização social econômica e ambiental do município de Arvorezinha, buscando enfatizar as questões demográficas e os movimentos migratórios, além de apresentar um panorama da agropecuária do município.

No capítulo 03 apresentaremos a análise dos resultados, a partir das entrevistas realizadas com os jovens que migraram para a cidade, buscando identificar os entrevistados, as atividades rurais e os motivos que os levaram para a cidade, os valores e dilemas do rural e do urbano, a continuidade das atividades rurais e a ligação com o meio rural até a atualidade, as questões do trabalho, autonomia e o individualismo urbano, e as questões de gênero e posse da propriedade.

No capítulo 04 faremos uma breve conclusão deste estudo, que aponta para o abandono e envelhecimento no meio rural, a falta de políticas públicas para promover a permanência dos jovens no rural e apontaremos caminhos para a reversão do quadro de abandono do campo.

## CAPÍTULO 2

### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARVOREZINHA

O município de Arvorezinha está localizado na encosta inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul, na Microrregião do Alto Taquari, com uma área territorial de 271 km<sup>2</sup>. A emancipação ocorreu em 16 de fevereiro de 1959, desmembrando-se do município de Encantado e Soledade com uma área inicial de 577 km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE (2010), população do município era de 10.225 habitantes, destes 6.273 residem na área urbana e 3.952 habitantes estão na área rural.

A população é descendente de imigrantes, em sua maioria portugueses e italianos, que chegaram a região por volta do ano de 1900. Atualmente a população estimada pelo IBGE é de 10.614 habitantes.

A agropecuária do município e da região tem grande importância social, cultural e econômica. Atualmente segundo o IBGE (2006), existem em Arvorezinha 1365 propriedades rurais, baseadas na diversificação produtiva voltada ao mercado, realizada em áreas de minifúndios.

Inicialmente os colonizadores, vindos com suas famílias da região de Caxias do Sul, encontravam uma região desabitada, coberta pela floresta nativa, sem qualquer infraestrutura de habitação, estradas e outros meios de comunicação. As famílias que iam sendo assentadas nas terras iniciavam a construção de casas para moradia a partir da madeira retirada da floresta.

Nas derrubadas iniciavam o cultivo de alimentos para suprimento das famílias e para a alimentação dos animais que eram criados para o suprimento de carnes e derivados para a alimentação da família e para a tração animal no preparo do solo e transporte dos produtos.

O relevo da região é ondulado a montanhoso e segundo o sistema de avaliação da aptidão agrícola das terras 43,35% da área é de relevo forte ondulado a montanhoso. A mecanização só é possível em parte das propriedades e em pequenas glebas. Os solos de Arvorezinha são ácidos, de baixa fertilidade natural e de relevo montanhoso na sua maior parte.

A declividade associada à pedregosidade dificulta os cultivos anuais na maior parte da área e obriga aos agricultores desenvolverem a maior parte das operações de plantio, manejo e colheita de forma braçal e a tração animal.

A figura abaixo demonstra as características do relevo ondulado e montanhoso, a presença das matas nativas e de reflorestamento com eucalipto, a erva-mate e as lavouras anuais cultivadas nas propriedades dos agricultores familiares.



Figura 01 – Relevo e cultivos da agricultura familiar em Arvorezinha-RS.  
Acervo do autor.

As criações de maior importância econômica são a avicultura de corte, suinocultura de terminação, estas duas atividades no sistema de integração, e a bovinocultura de leite e corte, com aproximadamente 200 famílias envolvidas com estas atividades, (EMATER, 2017).

As principais culturas com finalidade comercial são o fumo, a erva-mate, o milho, o reflorestamento e a fruticultura. A cultura do fumo está presente na maioria das propriedades e em parte destas é uma monocultura, principalmente na região de colonização portuguesa, localizada da divisa com o município de Fontoura Xavier.

Esta diversificação entra num contexto que permeiam as características da agricultura empresarial e da agricultura camponesa. Tais considerações podem ser feitas devido à produção de fumo que segue os preceitos da Revolução Verde, com características da agricultura empresarial que são o uso de insumos químicos externos e adoção do pacote tecnológico das empresas fumageiras, originando problemas de contaminação ambiental e de saúde dos produtores e consumidores. Devido à pressão das empresas e da cultura na região, o cultivo do tabaco iniciou a partir do final da década de 1980.

A erva-mate é uma cultura agrícola com grande importância econômica, social e ambiental e ocupa uma área territorial de 7.250 ha no município de Arvorezinha, com uma produção anual estimada em 50 mil toneladas de folha verde, segundo dados do IBGE (2014). O cultivo é praticado pelos agricultores familiares em 80% das 1365 propriedades rurais

existentes no município (EMATER, 2015). A cultura faz parte do sistema de policultivo realizado pelos agricultores e raramente é a única atividade, estando associadas a produção de fumo, lenha, milho, fruticultura e criações de aves, suínos e bovinocultura de leite.

A grande disponibilidade de matéria prima produzida localmente fez surgir e consolidar a indústria de transformação e as empresas de prestação de serviços, principalmente para a colheita e transporte da matéria prima da propriedade até a ervateira. Segundo informações da Emater/RS – Ascar e do IBRAMATE, Arvorezinha conta atualmente com 21 indústrias ervateiras, localizadas na sede do município e no seu entorno e emprega diretamente cerca de 200 pessoas e indiretamente mais 300 pessoas, dentre estes os vendedores e tarefeiros responsáveis pela colheita da erva-mate na lavoura.

A citricultura iniciada na região no ano de 1995 com incentivos de um programa estadual, e fortalecido por um programa municipal com o apoio da Emater na assistência técnica e na organização dos agricultores, vêm ganhando espaço assim como toda a fruticultura, e um importante acontecimento no ano de 2010 foi a fundação de uma Cooperativa de fruticultores que vem beneficiando e comercializando a produção local, gerando emprego e renda.

O reflorestamento com eucalipto nas áreas de relevo mais acidentado, inicialmente voltado a produção de lenha para a secagem do fumo na propriedade, veio ampliando a área de cultivo e atualmente os agricultores vendem os excedentes daquilo que é necessário a propriedade.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), programas estaduais e municipais, além da Assistência técnica e Extensão Rural da Emater, muitas famílias passaram a diversificar as atividades produtivas nas propriedades, principalmente na última década.

A fruticultura e a erva-mate além de outras culturas que compõem a diversificação, têm expandido a área de cultivo. Atualmente no município de Arvorezinha aproximadamente 200 famílias estão envolvidas com a fruticultura comercial, com a produção de laranja, uva, maçã, pêssego, mirtilo, noqueira pecã e caqui (EMATER, 2017).

Segundo dados do IBGE, o município de Arvorezinha apresentou no ano de 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o valor de 0,694, estando abaixo do nível de desenvolvimento dos municípios do Vale do Taquari, a qual o município pertence, e assemelhando-se aos níveis de desenvolvimento do Alto da Serra do Botucarái, região que faz limite com Arvorezinha. O estado do Rio Grande do Sul no ano de 2010 ficou com o índice médio de 0,746, portanto acima do índice de desenvolvimento humano local.



As principais indústrias presentes no município são as ervateiras, 02 cerâmicas, 04 indústrias metalúrgicas, 01 fábrica de utensílios domésticos, 02 fábricas de tubos e pré-moldados em concreto, 02 construtoras e vários profissionais autônomos atuando na construção civil e algumas marcenarias que produzem móveis e aberturas.

O comércio local é composto por supermercados, restaurantes e lancherias, açougues, farmácias, postos de combustível, agropecuárias, lojas de roupas e eletrodomésticos, lojas de informática, materiais de construção, revendas de máquinas agrícolas e automóveis, entre outros.

Algumas empresas atuam na prestação de serviços, como por exemplo os escritórios de planejamento, arquitetura e de contabilidade, oficinas, escritórios de advocacia, institutos de beleza, laboratórios clínicos, consultórios médicos e odontológicos, entre outros. A maioria das indústrias, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviço, é familiar e de pequeno porte, e acaba não dando conta de absorver toda a mão de obra urbana e advinda do meio rural.

O sistema educacional é composto por seis escolas estaduais do ensino fundamental e médio, sendo cinco no meio rural e uma na cidade, e por seis escolas municipais do ensino fundamental, estando cinco escolas no meio rural e uma na cidade, e mais duas creches no meio urbano. O município possui um hospital beneficente e três postos de saúde. O sistema bancário é composto por seis agências bancárias.

Em relação ao êxodo rural e a falta de sucessão dos jovens na agricultura familiar no município, percebe-se empiricamente e pelo convívio que temos com os agricultores, enquanto extensionista rural, a presença de propriedades abandonadas, onde toda a família migrou para o meio urbano, abandonando a terra e a infraestrutura existente. Em diversas propriedades encontra-se somente os pais que já estão aposentados, e os filhos migraram para a cidade, apontado neste estudo de caso em metade dos jovens entrevistados, reforçando os estudos que apontam para o envelhecimento no meio rural.

Outra situação presente em diversas famílias, é a permanência do filho “homem” na propriedade com os pais, fato este encontrado neste estudo de caso em metade dos entrevistados, confirmando o processo de masculinização do meio rural.

Em outros casos a família toda migra para a cidade, mantendo a titularidade e as atividades produtivas na propriedade, deslocando-se diariamente ou quando necessário. Nestes casos normalmente os filhos acabam buscando trabalho no meio urbano e somente os pais e principalmente o homem, é que cuida e trabalha na propriedade rural. A seguir passaremos a discutir e analisar o estudo de caso, realizado com os jovens rurais que migraram para a cidade.

## CAPÍTULO 3

### ANALISANDO O ÊXODO RURAL E AS PERSPECTIVAS A PARTIR DOS JOVENS

#### 3.1. Identificação dos entrevistados

Os jovens entrevistados neste estudo de caso, foram seis rapazes e quatro moças que residem na cidade de Arvorezinha e na cidade de Guaporé, com idade que varia entre 18 e 35 anos e em sua maioria vivendo em união conjugal. A residência anterior era junto aos seus pais nas propriedades rurais das famílias, localizado no meio rural do município de Arvorezinha.

As instituições de pesquisa de vários países definem a juventude a partir da abordagem cronológica de idade. O Brasil segue o padrão da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), considerando jovens as pessoas que estão na faixa etária de 15 a 29 (DALCIN e TROIAN, 2009).

Já Dal Soglio e Kubo (2009), afirma que:

Em geral, reconhece-se que essa fase da vida se estende desde o início da puberdade até a constituição de um lar autônomo, num processo de transição que culmina com a assunção plena dos papéis adultos. Vale, no entanto, ponderar que a noção de juventude depende tanto da auto identificação quanto do reconhecimento dos outros na sociedade a que se pertence, (DAL SOGLIO e KUBO 2009, p.54).

É importante salientar que no momento da migração, todos os entrevistados estavam com idade entre 17 e 29 anos e, pouco antes ou logo após a ida para a cidade, constituíram matrimônio, com exceção da jovem nº 06 e do jovem nº 08 que são solteiros. Atualmente os jovens entrevistados trabalham em fábricas de joias, postos de combustível, restaurantes, revenda de tratores, creche municipal, fábrica de utensílios domésticos e 02 entrevistados são autônomos, proprietários de uma empresa de informática na cidade de Arvorezinha.

Os pais destes jovens, residem no meio rural e continuam com algumas atividades produtivas, sendo as principais a produção de tabaco, erva-mate, milho e alimentos para o autoconsumo. A idade dos pais varia entre 53 e 70 anos, e todos estão aposentados, com exceção dos pais da entrevistada nº 05.

Segundo Abramovay (2000), não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, são rurais os habitantes que vivem em assentamentos humanos com menos de 10 mil habitantes e que guardam, bem entendido, uma certa distância dos centros metropolitanos.

Na França este limite é estabelecido em 2 mil habitantes. Vários países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre mil e 2,5 mil habitantes na definição de população rural. Na Costa Rica, no Haiti, Uruguai e em Cuba são rurais as localidades com “características não-urbanas”. No Chile, além do patamar populacional a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias.

No Brasil, bem como no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em El Salvador, o critério tem natureza mais administrativa que geográfica ou econômica. O que vale não é a intensidade ou certas qualidades dos assentamentos humanos, mas o fato de serem considerados administrativamente como urbanos ou não pelos poderes públicos municipais.

Segundo a definição do IBGE (1997), na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Este critério contribui para uma certa subestimação da população rural: sedes municipais e mesmo distritais com algumas poucas centenas de residências são consideradas urbanas.

A formação dos entrevistados é o ensino médio, antigo 2º grau, completo, incompleto ou em curso, com exceção do entrevistado número 07 que possui o ensino superior incompleto, o jovem nº 08 que possui além do 2º grau o curso técnico em eletroeletrônica e o curso técnico de telecomunicações e o entrevistado nº 09 que é Técnico em Agropecuária. A formação escolar se deu em idade normal para o curso, enquanto residiam com seus pais no interior de Arvorezinha. Os entrevistados cursaram até a antiga 4ª série nas escolas do campo e a partir da 5ª série passaram a cursar na cidade de Arvorezinha, até a conclusão do antigo 2º grau. O deslocamento para a cidade era feito diariamente pelo transporte escolar do município.

Em relação a formação escolar, pesquisas apontam que as mulheres possuem maior escolaridade em relação aos homens, em virtude de que os pais esperam que os filhos homens assumam as propriedades (DAL SOGLIO e KUBO, 2009). Nesta pesquisa não notamos disparidades em relação ao nível de escolaridade entre as moças e os rapazes entrevistados.

É importante salientar que em metade das propriedades rurais dos entrevistados, os pais, agricultores aposentados, estão sozinhos, com exceção da entrevistada nº 03, que tem um irmão de 35 anos; da entrevistada nº 05 que tem um irmão de 26 anos; do entrevistado nº 08 que tem um irmão com 37 anos; do entrevistado nº 09 que tem um irmão de 22 anos e da entrevistada nº 10 que tem um irmão de 22 anos, que continuam residindo e trabalhando nas propriedades rurais dos pais.

Segundo Camarano e Abramovay (1999), as dinâmicas demográficas do meio rural não estão associadas apenas a seu esvaziamento, mas também a diferenciação regional em relação aos movimentos migratórios ao longo do tempo e o envelhecimento e masculinização da população rural que permanece no campo.

Cabe destacar que nas propriedades rurais onde ficou somente os pais dos entrevistados número 01, 03 e 04, o casal reduziu as atividades produtivas, com a extinção da produção do tabaco e outras culturas com finalidade comercial, e continuam a produção de alimentos para o autoconsumo do próprio casal e, doam para os filhos que estão na cidade, parte daquilo que produzem, e ainda fazem a venda dos excedentes.

Chama a atenção também a atividade de diarista, desenvolvida pelos pais dos entrevistados nº 01 e nº 03, na classificação e processamento de hortifrutigranjeiros, numa empresa localizada no meio rural próximo a residência destas famílias. Esta atividade segundo os filhos entrevistados é uma forma de complementar a renda familiar, visto que reduziram as atividades produtivas comerciais pela falta de mão de obra, e pela idade avançada do casal.

Em relação a composição familiar, salientamos ainda que anterior e ou posterior a saída dos entrevistados, outros irmãos também abandonaram o campo, indo para outras cidades. Na pesquisa constatamos que os entrevistados têm de um a três irmãos, e a maioria possuem idade superior à dos entrevistados, exceto os entrevistados de número 09 e 10 que têm irmãos mais novos e o entrevistado nº 04 que não tem irmãos. Dos que são agricultores, somente os irmãos homens, dos entrevistados número 03, 05, 08, 09 e 10 ainda permanecem nas propriedades dos pais, no meio rural. As irmãs dos entrevistados números 06 e 07, que são agricultoras, casaram-se e passaram a residir na propriedade do cônjuge.

Isto nos remete em uma análise superficial, concordar com a teoria da masculinização do meio rural. A continuidade da agricultura familiar estaria comprometida em razão da saída dos jovens do campo. O fenômeno do êxodo, atingiria principalmente as mulheres, provocando a masculinização e o envelhecimento da população rural, (ABRAMOVAY *apud* DAL SOGLIO e KUBO, 2009).

### 3.2. Os jovens e a atividade agrícola

Um questionamento realizado aos entrevistados foi em relação ao tamanho e regime de posse das propriedades familiares, as atividades produtivas e a renda aproximada da Unidade de Produção Familiar (UPF), no período em que os entrevistados ainda estavam nas propriedades rurais.

É importante conceituar os elementos que constituem e caracterizam a agricultura familiar, visto que representam praticamente todos os estabelecimentos rurais do município de Arvorezinha e das famílias dos entrevistados.

Segundo Dal Soglio e Kubo (2009), um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), definiu a agricultura familiar:

[...] a partir de três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (DAL SOGLIO e KUBO, 2009, p. 4).

A definição adotada pelo PRONAF para a agricultura familiar é operacional, resultado de uma negociação entre as forças sociais envolvidas, os distintos movimentos sociais e os representantes dos poderes públicos, (DAL SOGLIO e KUBO, 2009).

Mesmo com todas as disputas com a agricultura empresarial, fortemente representada politicamente, a agricultura familiar representa 85% das propriedades rurais no Brasil, responde por quase 40% da produção nacional e envolve sete de cada dez pessoas ocupadas no campo, apesar de ter acesso a menos de 30% da terra e somente à quarta parte dos financiamentos agrícolas (DIEESE/NEAD/MDA *apud* DAL SOGLIO e KUBO, 2009).

Dados cadastrais do INCRA (2014) afirmam que 85% dos imóveis rurais no Brasil, possuem entre 1 e 100ha e detém 15% da área total. Segundo o IBGE (2010), no Brasil a agricultura familiar representa 84,4% do total de estabelecimentos e ocupa uma área territorial de apenas 24,3% e mesmo com apenas esta área ocupada frente a agricultura patronal, produz cerca de 70% dos alimentos que vão à mesa do consumidor brasileiro. Enquanto que a agricultura patronal ocupa 1,7 pessoas a cada 100 ha, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas nesta mesma área.

Dal Soglio e Kubo (2009), afirmam:

Diferentemente da situação clássica, o camponês no Brasil ocupou os espaços deixados pela grande agricultura, assumindo um caráter marginal e encontrando dificuldades para implantar um sistema produtivo diversificado, do tipo policultura-pecuária, próprio do campesinato tradicional (DAL SOGLIO e KUBO, 2009, p.83).

A agricultura familiar tem extrema importância social e econômica para o Brasil, contribuindo para o emprego da mão de obra e para a geração de renda para as famílias rurais. Segundo dados do IBGE (2010), dos 441.467 estabelecimentos rurais existentes no Estado, 378.546 são de base familiar, representando (85,7%).

Na maioria dos municípios gaúchos a agricultura familiar é determinante para o desenvolvimento, e os empreendimentos urbanos encontram-se profundamente vinculados às atividades rurais. No município de Arvorezinha podemos citar a agroindustrialização da erva mate, de produtos madeireiros, e de origem animal, gerando desta forma emprego e renda e, com isto, o aquecimento do comércio e da construção civil, provocado pelos recursos econômicos gerados pelos agricultores familiares, com as atividades de transformação local da matéria prima produzida no município e na região.

Em relação ao regime de posse das propriedades rurais, 08 jovens responderam que os pais eram proprietários das áreas e 02 entrevistados relataram que os pais eram posseiros de áreas que anteriormente eram dos seus pais, e devido ao falecimento deles e da saída dos outros irmãos, acabaram ficando com a posse dos imóveis de propriedade da família. O tamanho das áreas varia de 5,9ha até 40,0ha e a titularidade dos imóveis pertencem aos pais que ainda não definiram a forma de partilha entre os filhos.

De acordo com o Censo do IBGE (2006), existem no município de Arvorezinha, 1365 propriedades rurais, estão com as áreas estratificadas da seguinte maneira: (19%) com até 5ha; (21%) possuem de 5 até 10ha; (32%) com área entre 10 a 20ha; (24%) com área variando de 20 à 50ha e (4%) com área maior que 50ha.

Analisando a estratificação das propriedades rurais em relação a área, notamos a presença de minifúndios e percebemos a predominância da agricultura familiar, visto que os meios de produção, a mão de obra e a gestão são realizadas pela própria família.

Se pensarmos que no processo de colonização as famílias de colonos recebiam áreas de 25ha e se analisarmos que atualmente 72% das propriedades possuem até 20ha, (IBGE, 2006), percebemos que houve uma subdivisão dos estabelecimentos, resultando numa redução de área se comparado ao momento em que as famílias receberam os lotes do estado.

Segundo Dal Soglio e Kubo (2009), com a chegada de D. João VI ao Brasil, tiveram início as políticas de incentivo à imigração de trabalhadores europeus. Inicialmente vinham para trabalhar como assalariados nas lavouras de café e mais tarde passaram a migrar para a região Sul, constituindo as unidades familiares de produção, em pequenas áreas rurais chamadas de (colônias), que se reproduziram e perduram até a atualidade.

Dal Soglio e Kubo afirmam:

Os agricultores familiares de hoje são, pois, resultado de uma miscigenação e de diversas situações – origem escrava (negra e índia), mestiça, cabocla branca (não herdeira) e europeia. E, assim como as diversidades culturais, há as trajetórias de inserção no (e exclusão do) projeto de desenvolvimento do país, no que diz respeito ao acesso à terra, à relação com o poder, à formação e à capacitação. Num Brasil de proporções continentais, há ainda que se considerar os diversos ecossistemas que resultam em diversas formas de relação com o meio ambiente, com a natureza. Tais diversidades, ao longo de cinco séculos de história, têm sido tratadas pelo Estado de maneira secundária, pois os modelos oficiais, desde o agroexportador até o urbano-industrial, com suas trajetórias de políticas públicas, sempre cuidaram de minimizar aqueles atores, frente à sua pouca organização e à sua baixa capitalização, destinando-lhes pouco apoio (DAL SOGLIO e KUBO, 2009, p.94).

A principal cultura agrícola desenvolvida nos estabelecimentos rurais dos entrevistados era o tabaco, produzido com mão de obra da própria família e a produção variava entre 100 a 550 arrobas por safra. Somente a família do entrevistado nº 01 e nº 07 não produziam tabaco. A erva mate estava presente nas propriedades dos entrevistados nº 01; 02; 07; 08 e 09 e a produção anual variava entre 200 e 6.000 arrobas.

A produção de milho estava presente em todas as propriedades, embora a maior parte da safra destinava-se a alimentação dos animais, com exceção da entrevistada nº 10 que nos relatou que o pai comercializava em torno de 1.000 sacas de milho a cada ano e em torno de 60.000 frangos de corte.

Além desta produção do fumo, erva mate, milho e frango de corte as famílias produziam boa quantidade de vegetais e de subprodutos de origem animal, necessários à alimentação da família, com exceção da entrevistada de número 06 que relata ter chegado a passar fome quando residia com a mãe.

Outras fontes de renda foram apontadas pelos jovens. O entrevistado nº 01 que relatou que a mãe era funcionária pública desempenhando a função de merendeira na escola da comunidade, o jovem nº 02 tinha a mãe aposentada como agricultora, a jovem nº 03 tinha a avó aposentada como doméstica da escola do campo, e o jovem nº 08 tinha seus pais aposentados como agricultores.

Em relação a infraestrutura social e produtiva, os entrevistados relatam que as famílias possuíam casa, estufas, galpões, estábulos, pocilgas, em sua maioria em bom estado de conservação e suficientes para a moradia e para o desenvolvimento das atividades. As operações de preparo de solo, plantio e transporte da produção dentro da propriedade era realizado em sua maioria de forma braçal e com tração animal. Somente os entrevistados números 07, 08, 09 e 10 relataram que já possuíam tratores agrícolas e implementos para a realização de algumas atividades.

Cabe destacar que nas culturas do fumo e da erva mate, as operações de plantio, tratos culturais e colheita na região, são realizados manualmente, devido à falta de equipamentos motomecanizados apropriados para estas operações, e também em virtude do relevo declivoso que não permite a mecanização.

Quando questionados se a família possuía toda a infraestrutura e bens materiais para garantir a permanência de todos os filhos na propriedade rural, apenas 03 entrevistados afirmam que a família tinha as condições necessárias, em relação a estes requisitos, para garantir a permanência de todos os filhos na propriedade rural da família. Os apontamentos em relação a infraestrutura necessária para garantir a permanência de todos os integrantes da família, foram predominantemente a falta de máquinas, implementos e equipamentos, e a pouca área de terras.

Nas entrevistas realizadas, questionamos em relação ao planejamento e gestão técnica e econômica das propriedades rurais e, todos os entrevistados afirmaram que o pai comandava e dava as ordens do que, e de como fazer, principalmente nas atividades produtivas comerciais. Já nas atividades de produção de alimentos para o consumo da família, a maior parte dos entrevistados afirmaram que a mãe planejava e coordenava o plantio, tratos culturais e a colheita dos alimentos que eram utilizados para a alimentação da família durante o ano.

O pai comprava os insumos, realizava os pagamentos das despesas com a produção, combustíveis, e das despesas da casa, como por exemplo a luz, o rancho, o vestuário e o material escolar. Quando os jovens precisavam de dinheiro para outras despesas, principalmente em finais de semana, quando iam até a sede comunitária, ou a jogo de futebol e festas, os pais davam pequenas quantias que tinham disponível e entendiam como razoável para a ocasião.

A entrevistada nº 05 relatou que trabalhava como diarista para a vizinhança para ganhar dinheiro para algumas necessidades pessoais, e a entrevistada nº 06 disse que a mãe não tinha condição financeira alguma para dar algum dinheiro a ela. A entrevistada nº 03 relatou que era a avó que bancava suas despesas com vestuário e lazer.

Dalcin e Troian (2009), observaram num estudo de caso, que a atividade exercida pelos jovens nas propriedades, era como ajudante dos pais, forma tradicional de patriarcalismo, e as



tarefas femininas se limitam aos afazeres doméstico e “ajudante” na atividade leiteira. O estudo demonstrou que, metade dos jovens entrevistados pretendia permanecer na propriedade e a outra metade pretendia sair da propriedade. Os que pretendiam permanecer, possuíam as propriedades familiares bem estruturadas economicamente, com terra, capital e equipamentos suficientemente necessários para desenvolver as atividades agropecuárias, além de gostarem de trabalhar no meio rural, acharem a cidade muito estressante e com maior custo de vida, (DALCIN e TROIAN,2009).

Em relação a gestão produtiva e econômica das propriedades rurais, todos os entrevistados falaram que o pai fazia o planejamento e administrava as finanças. Os entrevistados números 01, 03, 05, 09 e 10, relataram que o pai não dava oportunidade à participação da família, no planejamento e gestão, e não aceitava ou eram resistentes as inovações propostas pelos filhos. Somente o entrevistado nº 08 afirmou que os pais faziam o planejamento e a gestão compartilhada com toda a família. Os entrevistados nº 09 e 10 relataram que atualmente os pais ouvem as opiniões dos filhos, e compartilham a gestão com os irmãos que estão residindo e trabalhando na propriedade familiar.

Dos jovens que pretendiam migrar para a cidade (DALCIN e TROIAN, 2009), destacam que os principais fatores são: o descontentamento com a falta de atividades para diversão, dificuldade de locomoção para os estudos, dificuldade financeira, e devido aos pais não oportunizarem aos filhos a participação na tomada das decisões, o que os levam migrar para a cidade em busca de trabalho, estudo e de independência.

Questionamos os jovens a respeito da participação em organizações sociais, e sobre o lazer quando residiam com suas famílias no meio rural. A resposta unanime entre os entrevistados de ambos os sexos foi a prática do futebol e a participação em algumas festas comunitárias. A entrevistada nº 03 enfatizou a participação em encenações do casamento caipira e o entrevistado nº 08 relatou a sua participação em um conjunto musical, assistir televisão e jogo de cartas. As entrevistadas nº 06 e nº 10 relataram a visita a vizinhos e parentes.

Atualmente, com exceção da entrevistada nº 06, todos relataram que visitam os pais praticamente em todos os finais de semana, sendo este o principal lazer do casal. Além de ser este um passatempo prazeroso, os entrevistados colaboram nos afazeres das famílias na propriedade rural. Além desta colaboração os entrevistados disseram desenvolver alguns serviços e atividades das quais participam dos rendimentos econômicos gerados na comercialização, além de usufruírem da repartição dos alimentos de autoconsumo produzidos na propriedade rural da família, com exceção do entrevistado nº 02 e da entrevistada nº 06.

Quanto à participação em organizações, os entrevistados números 01, 02, 03, 07 e 08, relataram que participavam do grupo de jovens, no período em que existia o grupo formado na comunidade, e os entrevistados números 04, 09 e 10, disseram que participavam na comunidade. Atualmente os entrevistados nº 01 e 04 disseram participar do time e dos jogos de futebol e os entrevistados números 09 e 10 disseram serem sócios na comunidade em que residem os pais, porém com pequena participação.

Questionamos em relação as leis ambientais se veem alguma dificuldade que impede a permanência dos jovens no campo, a resposta unanime, foi de que não impede, com exceção dos entrevistados números 01, 02 e 04 que disseram atrapalhar, principalmente se houver a presença de muita mata na propriedade. Todos os entrevistados disseram entender que é importante a preservação ambiental, principalmente nas APPs e para a criação de animais silvestres, entendimento dos entrevistados números 04 e 09.

Quando perguntados se tem presença de mata nativa nas propriedades dos pais, todos os entrevistados responderam que existe, porém não souberam precisamente qual é a área ocupada com a mata nativa. Em relação a problemas ambientais o entrevistado nº 04 disse que a área da propriedade é declivosa e o entrevistado nº 07 falou sobre o solo da propriedade dos pais, que está empobrecido e degradado. Os demais disseram não ter problemas ambientais nas propriedades rurais da família.

### **3.3. Motivos do êxodo**

Pesquisar os motivos que levam as pessoas do meio rural a migrarem para as cidades é o foco principal deste estudo. Parte-se de um pressuposto e da realidade concreta, diferente para cada entrevistado, e desta forma aparecem diversos motivos pelos quais cada jovem migrou para o meio urbano.

Predominantemente a busca pela autonomia, através do trabalho assalariado e de uma renda constante, além da divergência de idéias com os pais, são os principais motivos da migração para o meio urbano, apontado pelos jovens entrevistados, que migraram para a cidade entre os anos de 2009 a 2014, exceto a jovem nº 10 que migrou em 2004 e a jovem nº 06 que veio para a cidade em 2017. O gráfico 01 aponta os motivos que levaram os jovens a migrarem para a cidade, a partir da tabulação das respostas dos entrevistados.

Quais os motivos que o levaram a migrar para a cidade?

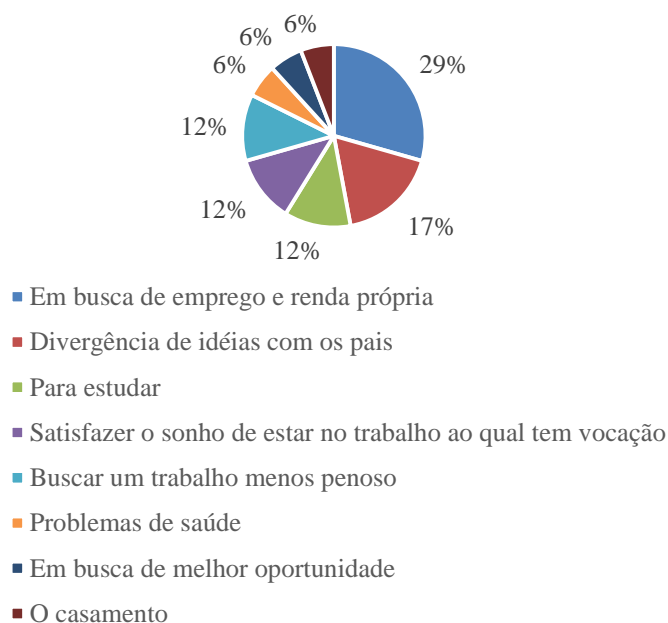


Gráfico 01- Motivos que levaram os jovens migrar para a cidade

Conforme o gráfico acima, os apontamentos feitos pelos jovens acerca dos motivos que os levaram a migrar para a cidade, e que por vezes foi mais que um motivo, estão assim distribuídos conforme a ordem decrescente de citação: 05 jovens relataram que foram em busca de trabalho e renda própria; 03 jovens disseram que migraram para a cidade devido a divergência de idéias com os pais; 02 jovens falaram que foram para a cidade para facilitar o acesso aos estudos; 02 jovens comentaram que foram em busca de satisfazer o sonho de estar no trabalho ao qual tinham e têm vocação; 02 jovens disseram buscar um trabalho menos penoso; 01 jovem apontou os problemas alérgicos que tinha na agricultura; 01 jovem falou que foi em busca de melhor oportunidade e 01 jovem relatou que o casamento o levou a residir na cidade, e a partir daí buscou emprego no meio urbano.

Dal Soglio e Kubo (2009) afirma que estudos realizados apontam que os motivos que levam os jovens ao êxodo rural são a pouca alternativa no modelo de agricultura convencional e a ideologia do rural como atrasado e o urbano visto como moderno. O mesmo autor ainda afirma que muitos agricultores incentivaram e incentivam seus filhos a migrar para a cidade em busca da formação escolar, de um trabalho menos penoso e para um futuro melhor, induzidos pela percepção que a cidade poderá proporcionar estas condições.

No texto “Reflexões Socioculturais Acerca do Mundo Rural”, Wedig (2009) destaca que o fechamento das escolas rurais e o encaminhamento das crianças cada vez mais cedo para

o meio urbano, aliado ao estigma do camponês, caracterizado pejorativamente quanto a sua aparência, contribuem para o êxodo rural dos jovens. Muitos agricultores incentivaram seus filhos a irem para a cidade em busca de uma vida mais fácil e um futuro melhor, evitando desta forma o trabalho árduo da agricultura e o estudo é visto como uma possibilidade de conquistar um emprego melhor na cidade. Wedig (2009), afirma:

Os fatores que podem ser destacados nos estudos realizados sobre os jovens que abandonam o campo são as poucas alternativas que lhes restam frente ao modelo de agricultura convencional que torna a produção agrícola cada vez mais dispendiosa para os agricultores familiares e, por outro lado, a ideologia que estigmatiza o modo de vida rural como “atrasado” em contraposição ao modelo urbano, considerado “moderno”, numa valorização social do urbano que é difundida tanto pela mídia quanto pela escola, pela academia e pelas agências de extensão rural (WEDIG, 2009, p.54).

Na monografia intitulada “Saída do jovem da atividade agrícola e os reflexos deste acontecimento na agricultura familiar de Picada Café”, Sidegum (2011), destaca que a instalação da indústria calçadista na região, a partir dos anos 1980, atraiu os jovens agricultores para trabalhar nas fábricas em busca de independência financeira e da dita “modernidade”, o que impactou drasticamente as atividades agrícolas, com a redução da produção de leite pela redução da força de trabalho sendo gradativamente substituída pela acacicultura. O objetivo deste estudo realizado com 6 jovens que trabalham no setor calçadista e em outros setores, suas mães e um pai que continuam nas propriedades rurais, foi de entender as causas que levam os jovens abandonarem as atividades agrícolas e continuarem residindo no meio rural e as consequências deste fato no município de Picada Café.

Sidegum (2011) relata:

Quando questionados pelos motivos que os jovens saem da atividade agrícola, as respostas destes foram várias, dentre as quais podem ser citados (i) a falta de capital para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, (ii) falta de capital para a compra de terra, (iii) o trabalho na agricultura é sofrido, pesado e cansativo. Mas uma resposta foi unanime neste questionamento, os jovens apontam que o maior motivo para sua saída da atividade agrícola é a maior renda e estabilidade em empregos assalariados, nos quais estes têm seu salário garantido, direito a férias e a décimo terceiro salário, além de ter todos os seus encargos previdenciários garantidos (SIDEGUM, 2011, p. 29).

Foguesatto, et.al. (2014, p.20), também afirmam que:

Os jovens migrantes citaram diversos fatores ambientais, sociais e governamentais, motivadores para seu deslocamento para as cidades, entre os mais relevantes, se destacam: renda baixa e irregular, a falta de políticas públicas, instabilidade climática,

pouco reconhecimento, poucos espaços de lazer, exploração nos preços e custos relacionados às atividades produtivas agrícolas.

Há, ainda, o descaso dos órgãos governamentais, as situações climáticas e o modo de como o estabelecimento é administrado, como fatores que influenciam diretamente na decisão do jovem em permanecer, ou não, no e do meio rural, (FOGUESATTO, et.al, 2014).

Na monografia intitulada “Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS”, Zótiis (2011), aponta para a redução envelhecimento e masculinização da população rural. O estudo de caso foi realizado através de pesquisas bibliográficas e entrevistas com os jovens e seus pais, que apontaram que o principal motivo da migração para as cidades é a busca pela formação acadêmica e pelo trabalho assalariado no meio urbano, visando a realização profissional e um futuro melhor.

Além de buscar autonomia e independência por meio do trabalho e da renda própria, este estudo demonstra a atração que o atual modelo de desenvolvimento, que trata o urbano como desenvolvido, provoca nos jovens que migram para a cidade em busca de uma vida “melhor”.

A divergência de idéias com os pais, a busca pelos estudos e a constituição de uma nova família pela união conjugal, levam os jovens a buscar uma certa independência em relação aos pais, e desta forma vislumbram na cidade, melhores oportunidades para a satisfação pessoal, a partir de uma concepção de que é neste ambiente que encontrarão maior qualidade de vida e maior autonomia.

### 3.4. Valores e dilemas do rural e do urbano na visão dos jovens

Em relação aos principais problemas enfrentados, no período em que os entrevistados estavam no meio rural, os apontamentos foram vários e estão dispostos no gráfico 02.

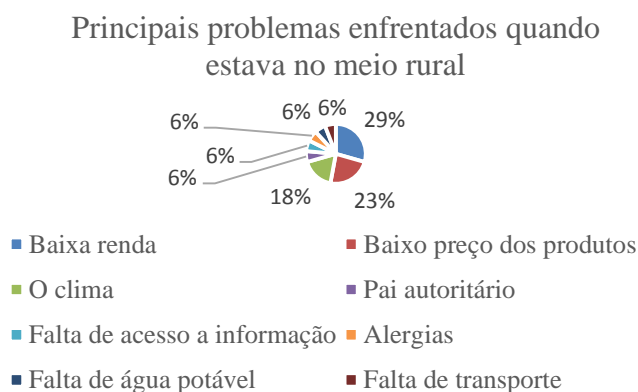


Gráfico 02- Principais problemas quando estavam no meio rural

Os apontamentos dos entrevistados em relação aos problemas quando estavam no meio rural giram em torno do baixo rendimento econômico que as atividades proporcionavam, devido principalmente aos baixos preços dos produtos na visão dos jovens, aliado as frustrações de safra em virtude do clima. As respostas dos jovens, apresentadas no gráfico acima, foram a baixa renda (05 entrevistados); o preço dos produtos (04 entrevistados); o clima (03 entrevistados); e (05 entrevistados) apontaram ainda: o pai autoritário; falta de acesso à informação; alergias; falta de água potável e falta de transporte.

Quando os entrevistados foram questionados sobre as vantagens do meio urbano as respostas foram quase unânimes, onde 07 jovens apontaram para o emprego e salário garantido, o que configura a busca pela independência e autonomia e por uma renda melhor. O horário de trabalho definido, as horas de folga e o trabalho mais leve, a oportunidade de uma vida melhor, a facilidade de acesso aos estudos e ao comércio e ainda estar próximo ao local de trabalho, foram outros apontamentos dos jovens para as vantagens do meio urbano.

Em relação as desvantagens do meio urbano os jovens apontaram para o alto custo de vida com aluguel, alimentação e outras despesas, ambiente mais perturbado, maior stress, ter que cumprir o horário de trabalho e as metas impostas pelos empregadores. O jovem nº 01 relatou “se hoje estivesse no meio rural, não iria viver e trabalhar na cidade”. A jovem nº 06 disse “gosto mais do interior, se pudesse moraria no interior e viria todo o dia para a cidade trabalhar”.

Em um estudo de caso (ZÓTIS, 2011) comenta que os jovens entrevistados também apontaram as vantagens da vida no meio urbano: salário fixo, férias e mais visibilidade social, proximidade de farmácias, hospitais, comércio e para estudar, mais oportunidade de emprego, mais opções de lazer, facilidade de acesso as instituições de ensino, realização profissional, facilidade de deslocamento e acesso a bens e serviços, renda que independe do clima. Os jovens também citam as desvantagens: Falta de segurança, custo de vida elevado principalmente dos alimentos e moradia, alimentação menos saudável, estresse com barulho, privações de liberdade e espaço, cumprimento rígido dos horários de trabalho e mercado de trabalho bem disputado, entre outros. (ZÓTIS, 2011).

Se por um lado o ambiente urbano oportuniza o emprego e o salário garantido, na visão dos jovens entrevistados, por outro o custo de vida torna-se maior, num ambiente mais estressante e com menor liberdade em relação aos horários e ao próprio trabalho.

No gráfico abaixo procuramos saber quais são as vantagens do meio rural na opinião dos entrevistados. Em virtude de os jovens estarem há vários anos na cidade, certamente são

conhecedores do urbano e do rural, e com isto conseguem individualmente, ter uma leitura comparativa mais precisa e consolidada dos diferentes ambientes.

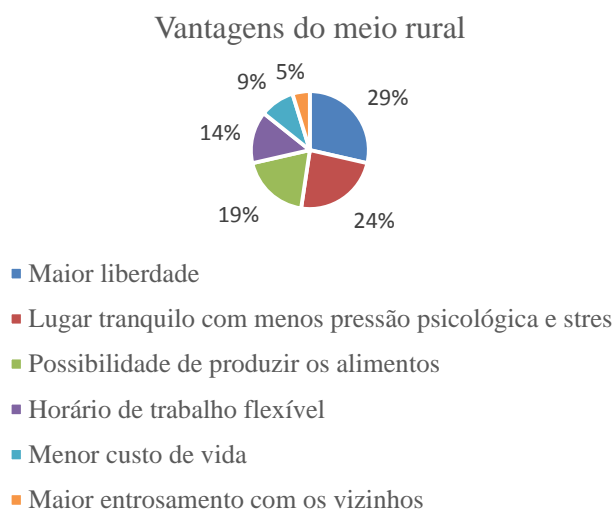


Gráfico 03- Vantagens do meio rural

Podemos notar que, se por um lado os jovens migraram em busca de autonomia com o trabalho e renda própria, com o passar do tempo acabaram percebendo que no meio rural eles tinham maior liberdade, num ambiente mais tranquilo, com menor pressão psicológica e menor stress. Além disso relataram como vantagem a possibilidade de produzir os alimentos para o consumo, o horário de trabalho mais flexível, o menor custo de vida e o maior entrosamento com os vizinhos.

Como desvantagens do meio rural os jovens apontaram para a discriminação dos agricultores, serviços mais pesados, poucas oportunidades de outras atividades não rurais, não ter renda fixa, local isolado, longe da cidade sem acesso a celular e internet.

Algumas vantagens da vida no campo apontadas pelos jovens entrevistados segundo Zóti (2011): vida mais tranquila, contato direto com a natureza, ar puro longe da poluição, produção de alimentos para o consumo mais saudáveis, mais privacidade, flexibilidade quanto aos horários de trabalho, mais autonomia, trabalho autônomo e qualidade de vida. Os jovens também citam as desvantagens: Trabalho extremamente maçante nas pequenas propriedades que não dispõe de máquinas, leis ambientais suprimem a renda, falta de oportunidades, incerteza dos lucros na comercialização, desvalorização dos jovens, o clima interfere na produção e os preços vulneráveis ao mercado não garantem estabilidade da renda e da lucratividade.

### 3.5. Permanência do rural e condição do vai e vem

No gráfico abaixo apresentamos quais as opiniões dos jovens, em relação as pretensões futuras de continuar a trabalhar e residir na cidade ou retornar para o meio rural.

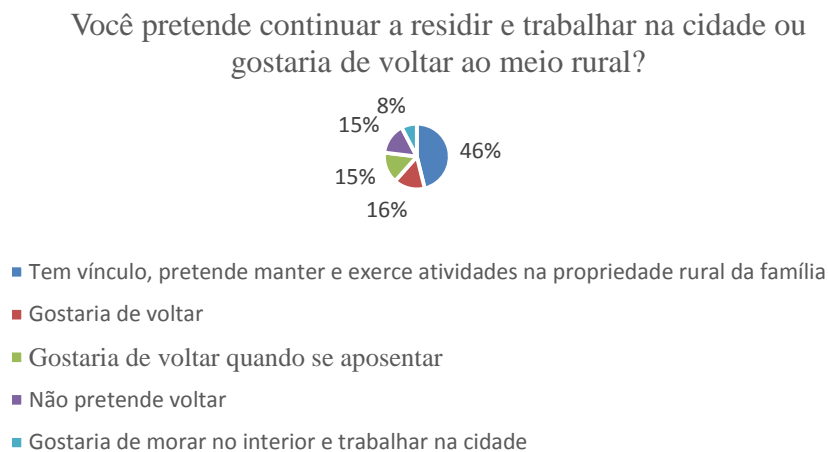


Gráfico 04- Pretensões de permanecer na cidade ou voltar ao meio rural

Percebemos que mesmo os jovens tendo migrado para a cidade, ainda preservam um vínculo intenso com os pais e irmãos que ficaram no meio rural. Este vínculo vai além dos laços familiares, onde 06 entrevistados disseram que vão praticamente todos os finais de semana a casa dos pais e ajudam nos afazeres do lar e nas atividades produtivas desenvolvidas no estabelecimento, participando na divisão dos alimentos produzidos na propriedade.

Na França contemporânea se verifica um movimento inverso ao da década de 1950, na medida em que se volta a valorizar o passado, a natureza, a agricultura tradicional, numa reação ao avanço da civilização urbano-industrial. Fenômeno semelhante começa a ocorrer no Brasil, com o prestígio dos alimentos da colônia e dos espaços interioranos (CHAMPAGNE *apud* DAL SOGLIO e KUBO, 2009).

Em relação ao nosso estudo, além de garantirem parte dos alimentos para o autoconsumo, os jovens desenvolvem atividades voltadas a comercialização. O jovem nº 01 produz lenha e comercializa diretamente com os consumidores na cidade; a jovem nº 02 comercializa parte da produção de vassouras produzidas pelo irmão e participa na divisão dos lucros; o jovem nº 04 está plantando frutíferas e pretende reflorestar parte da área dos pais que já estão aposentados; a jovem nº 05 juntamente com seu marido ajudam os pais e o tio na apicultura e recebem parte da produção do mel para o autoconsumo e vendem o excedente; os jovens nº 07 e 08 trabalham e ajudam seus pais principalmente na cultura da erva-mate tendo participação nos lucros gerados com a atividade.



No tema sucessão rural Zótiis (2011), relata que os pais gostariam que os filhos permanecessem na atividade agrícola, porém que tivessem a oportunidade de uma vida melhor, “diferente do que a deles”, vendo nos estudos e no trabalho urbano a possibilidade para isto.

Questionados em relação as políticas públicas para a permanência no campo Zótiis (2011), relata que “mais interesse e recursos do poder público, pesquisas para melhorar a produção e produtividade, redução de impostos, meios alternativos para o ingresso nas faculdades, criação de cursos técnicos e escolas agrícolas, agroindústrias e alterações nas leis ambientais” poderiam fomentar a permanência dos jovens no campo, na visão dos entrevistados (ZÓTIIS, 2011, p.50).

Zótiis (2011), relata no estudo, que quando os jovens que já migraram ou trabalham no meio urbano foram questionados sobre a possibilidade de retorno ao campo, 25% dos jovens disseram que retornariam, 25% não voltariam, 33% ainda não sabem e 17% ainda residem no meio rural (ZÓTIIS, 2011, p.41).

Apresentamos no gráfico abaixo as respostas ao questionamento: O que é necessário para melhorar a qualidade de vida da sua família, da comunidade, e para garantir a permanência dos jovens na propriedade rural.

O que é necessário para melhorar a qualidade de vida e garantir a permanência dos jovens no meio rural

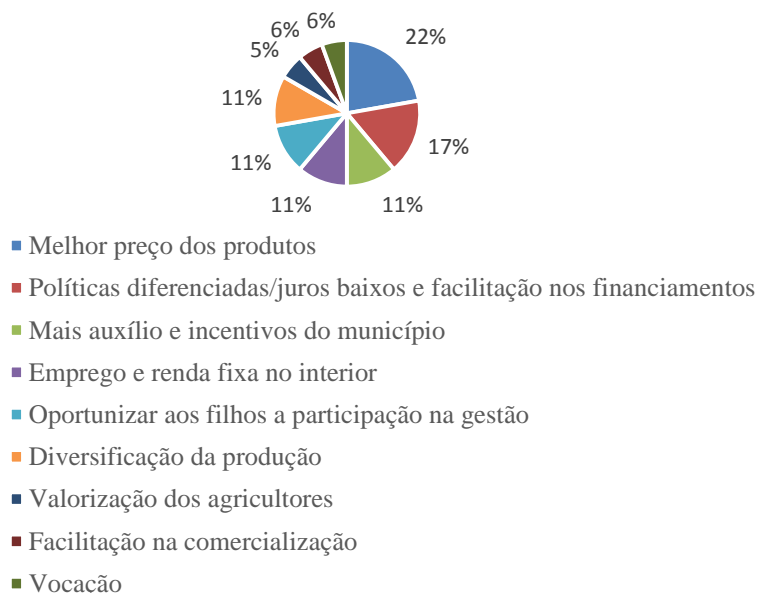


Gráfico 05- O que é necessário para melhorar a qualidade de vida e garantir a permanência dos jovens no meio rural.

No gráfico acima, está representado aquilo que os entrevistados pensam que seria necessário para melhorar a qualidade de vida e para garantir a permanência dos jovens no meio rural, e as repostas apontaram para a melhoria do preço dos produtos, políticas diferenciadas e juros baixos nos financiamentos para a agricultura, mais auxílio e incentivo do município, em prego e renda fixa no meio rural, oportunizar aos filhos a participação na gestão das propriedades, diversificação da produção, valorização dos agricultores, facilitação na comercialização e vocação para a atividade agrícola.

Neste contexto, Prezotto (2002) afirma;

No momento em que se discute um novo papel para o meio rural, não mais apenas o de atividades exclusivamente agrícolas, mas de pluriatividades, o modelo de agroindustrialização descentralizada de pequeno porte, de característica familiar, é visto como capaz de impulsionar a geração, direta e indireta, de novos postos de trabalho e de renda, especialmente para os agricultores familiares. Poderia proporcionar, também, uma importante forma de (re)inclusão social e econômica destes agricultores e melhorar a sua qualidade de vida, (PREZOTTO, 2002, p.3).

A construção de políticas públicas municipais, amparadas com os recursos no PRONAF, para o desenvolvimento da agroindústria familiar visando a transformação da produção agropecuária, parece atender a alguns anseios dos jovens, que seria a geração de emprego e renda no meio rural, a diversificação das atividades produtivas e uma oportunidade para agregar valor à produção agropecuária. Nesse sentido, Dos Santos (2013), afirma:

Essa articulação e participação do Estado para a promoção da agropecuária e agroindústria na lógica da agricultura familiar, diversas iniciativas vêm sendo implantadas, a rigor após 1994, lideradas pelo PRONAF, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a partir de uma série de linhas e programas de financiamento, a grande agroindústria segue incentivada por um conjunto de medidas setoriais, ou seja, que priorizam os ganhos diretos de produção (DOS SANTOS, 2013, p.371).

### **3.6. O repensar do trabalho da renda e da autonomia**

Percebemos nas entrevistas, os vínculos coletivos que os jovens tinham quando residiam no meio rural. A maioria dos entrevistados participava nas festas e bailes nas comunidades, frequentavam os grupos de jovens, jogavam futebol e visitavam os vizinhos. A jovem nº 05 relata “Quando morava com meus pais visitava os vizinhos, nos encontrávamos com a piaçada à tardinha e nos finais de semana para jogar bola (...), hoje na cidade a vida é ir trabalhar e

voltar para casa assistir TV, (...), mal conhecemos os vizinhos, não se visitamos, apenas nos cumprimentamos e falamos rapidamente na rua”.

Na fala dessa jovem percebemos a individualidade da vida urbana, que prejudica os vínculos comunitários e sociais produzindo um drama. Os jovens começam a estabelecer comparativos com a vida no campo e acabam percebendo as diferenças, como por exemplo as formas de relacionamento social no campo e na cidade.

Se no momento da migração os jovens buscavam um trabalho menos penoso, melhores oportunidades e uma renda melhor, agora percebem que o custo de vida na cidade é maior, estão limitados a cumprir os horários e as metas de trabalho estabelecidas pelos patrões, e o ambiente urbano é mais estressante.

A autonomia buscada na cidade, agora parece limitada e condicionada as regras do trabalho e aos baixos salários, frente aos custos para o sustento do casal e dos filhos, numa sociedade individualista e materialista, impulsionada pelo forte apelo ao consumo de bens e serviços que ultrapassam as necessidades primordiais para a existência humana.

### **3.7. As questões de gênero e posse da propriedade rural**

No presente estudo em cinco propriedades dos dez entrevistados, apenas um irmão homem continua residindo e trabalhando com os pais na agricultura. Nas outras cinco propriedades ficaram somente os pais, que atualmente estão aposentados.

Carneiro *apud* Carvalho da Silva, (2015), comenta: O sistema de herança atual passa por dois momentos “a escolha do sucessor – aquele que assegura a continuidade da exploração agrícola e do grupo familiar e, a partilha dos bens diretamente associada à sucessão” (CARNEIRO *apud* CARVALHO DA SILVA, 2015, p. 30).

Carvalho da Silva (2015), afirma que o modelo sucessório da agricultura familiar no Brasil, segundo diversos autores, dava-se pela permanência de pelo menos um dos filhos na propriedade, obedecendo uma organização familiar demarcada pela autoridade paterna e pela permanência dos filhos homens na continuidade da agricultura.

Em artigo intitulado “Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar”, Camarano e Abramovay (1998), afirmam que a continuidade da atividade na agricultura familiar depende da sucessão do negócio que passa pela escolha dos filhos que irão gerenciar a propriedade que não poderá ser demasiadamente fracionada para garantir a sustentabilidade econômica. Os autores apresentam os modelos de sucessão adotados até a

década de 1970 em que a terra paterna era transferida ao filho mais novo que ficava responsável por cuidar dos pais, e pela dotação de meios aos filhos mais velhos, que permitiam a reprodução de sua condição de agricultores, pela valorização da atividade agrícola e pela mobilidade espacial e um mercado de terras dinâmico entre a agricultura familiar.

O estudo demonstra que a maioria dos rapazes do Oeste Catarinense pretende permanecer na região e na atividade agrícola e que o êxodo rural se acentua nos jovens e especialmente entre as mulheres que possuem a aspiração de migrar para as cidades e são incentivadas pelos pais para irem em busca de atividades não agrícolas e para continuarem os estudos. Aproximadamente um terço dos responsáveis pelos estabelecimentos rurais afirmam não saber se alguém ficará na propriedade e o problema da sucessão é mais frequente nas unidades de produção com maior dificuldade financeira (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

O artigo aponta para o fim do *minorato* e dos padrões sucessórios a partir dos anos 1970, onde a maioria dos entrevistados ainda não havia definido para qual dos filhos entregaria o patrimônio e mais da metade dos entrevistados afirmavam que todos os filhos receberiam terra e capital, em proporções iguais, (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998).

É nesse contexto que se enquadra as famílias dos jovens entrevistados. Os pais possuem a titularidade das propriedades rurais e ainda não definiram a forma de partilha da terra e do patrimônio da família. Mesmo naquelas famílias em que um filho está na propriedade não existe definição, da forma de partilha dos bens, da permanência e de sucessão da propriedade rural.

Pesquisas demonstram que a desvalorização feminina, refletida na auto-estima das jovens, estão entre os motivos que levam à migração campo-cidade, além do fato da sucessão da propriedade dar-se geralmente ao filho homem, (DALCIN e TROIAN, 2009, p. 15).

Em pesquisa numa comunidade Francesa (BOURDIEU *apud* DAL SOGLIO e KUBO, 2009), relata:

[...] nos bailes da comunidade pesquisada, as moças não dançavam com os jovens camponeses. Em função de sua posição de não herdeiras, elas seriam estimuladas a buscar alternativas urbanas, na esperança de emancipação. Dado o acesso que tiveram à educação e dada sua posição social, elas seriam mais sensíveis à aparência, à vestimenta, ao porte, ao comportamento dos rapazes, cujos padrões culturais (música, dança, técnicas corporais) eram associados à cidade. Assim sendo, os jovens camponeses, avaliados com base em padrões estéticos urbanos, seriam desprestigiados por suas potenciais cônjuges (DAL SOGLIO e KUBO, 2009, p. 55).

Nas cinco propriedades rurais onde um filho homem continua residindo e trabalhando com os pais, há uma grande possibilidade de consolidar a sucessão com o irmão que está no

meio rural e ainda existe a possibilidade do retorno dos jovens que estão na cidade e que tem a pretensão de voltar ao meio rural.

Em relação à sucessão rural Sidegum (2011, p.39) relata que os pais responderam que provavelmente as propriedades não terão sucessor, e que futuramente a tendência é o desaparecimento da agricultura familiar.

Ferreira (2013), após pesquisa em Ilópolis afirma que, pelo fato de que nenhum dos jovens pertencentes a estas famílias que migraram se veem trabalhando na propriedade rural daqui a alguns anos, as famílias relatam que não haverá sucessão familiar na propriedade rural.

No presente estudo constatamos que provavelmente metade das dez propriedades das famílias dos entrevistados não têm sucessor, e o futuro destas está indefinido. Estas unidades produtivas poderão ser assumidas pelos jovens que estão na cidade, e ou poderão ser vendidas para os agricultores vizinhos ou empresários urbanos, e ou até mesmo permanecerem abandonadas, por ocasião do falecimento ou pela saída dos pais.

#### 4. CONCLUSÕES

O presente estudo de caso confirma as bibliografias que tratam sobre o tema da sucessão rural que apontam para a redução populacional, o envelhecimento e a masculinização do meio rural. Em metade dos dez entrevistados encontram-se na propriedade rural, somente os pais, que já estão aposentados e vem reduzindo suas atividades laborais em virtude da idade avançada.

Os apontamentos feitos pelos jovens acerca dos motivos que os levaram a migrar para a cidade foram a busca de emprego que oportunizasse um serviço menos penoso com uma renda melhor e regular, a divergência de idéias com os pais, a facilidade para acessar as instituições de ensino para a continuidade dos estudos, a busca por trabalhar na área a qual gostavam e tinham vocação, além do casamento e por problemas de saúde.

Os problemas apontados pelos jovens quando estavam no meio rural foram a baixa renda, o baixo preço dos produtos, a irregularidade do clima, além da falta de oportunidade no planejamento, gestão e administração da propriedade.

Percebemos que atualmente os jovens não estão completamente satisfeitos com a vida na cidade, apontando como desvantagens o alto custo de vida, maior stress, ter que cumprir horário de trabalho e metas estabelecidas pelos patrões. Mesmo estando a uma distância próxima que permite visitar frequentemente os pais que estão no meio rural, vivem um dilema entre ficar ou retornar a propriedade rural. Dos 10 entrevistados, apenas 02 disseram que pretendem permanecer na cidade, 02 disseram que gostariam de voltar, 02 gostariam de voltar quando se aposentarem, e os demais além destes que disseram que gostariam de voltar, mantém um vínculo forte com os pais e a propriedade rural.

A partir deste estudo e das bibliografias consultadas, pensamos que, políticas públicas de incentivo a instalação de indústrias e agroindústrias, o incentivo a diversificação produtiva, a discussão antecipada da sucessão pela família, além do planejamento e gestão da propriedade realizado por todos os membros da família, poderiam contribuir para a permanência dos jovens no meio rural.

O futuro da agricultura familiar com a sucessão geracional, passa obrigatoriamente pela antecipação da emancipação dos jovens no fazer e no planejar, pela valorização da profissão e do ser agricultor, pelos pais e pela sociedade, e por um contexto de políticas públicas voltadas a dinamização do espaço rural com diversificação de atividades econômicas, culturais, de lazer e de inclusão social e de gênero.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar.** Disponível em: <[intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao\\_tecnico.../DOC\\_33135.Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar.pdf](http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico.../DOC_33135.Sucessão%20profissional%20e%20transferência%20hereditária%20na%20agricultura%20familiar.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2017.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Texto para discussão n° 702, IPEA. Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <<http://ricardoabramovay.com/funcoes-e-medidas-da-ruralidade-no-desenvolvimento-contemporaneo.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edição 70, 2009.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil. Panorama dos últimos 50 anos.** Texto para discussão n° 621. IPEA/USP. 28 p. 1999. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content... Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil. Panorama dos últimos 50 anos.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content...Êxodo%20rural,%20envelhecimento%20e%20masculinização%20no%20Brasil.%20Panorama%20dos%20últimos%2050%20anos.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

CARVALHO DA SILVA, V. T. **Jovens rurais que permanecem no campo: a sucessão na agricultura familiar em dois municípios gaúchos.** Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132855/000984722.pdf?sequence=1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

DALCIN, D.; TROIAN, A. **Jovem no meio rural a dicotomia entre sair e permanecer: Um estudo de caso.** Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT7online/jovem-meio-rural-DioneiaDalcin.pdf>>. Acesso em 20 set. 2017.

DAL SOGLIO, F.; KUBO, R. R. **Agricultura e sustentabilidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. 152 p.

DOS SANTOS, G. R. et. al. **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Ipea, 2013. 3v.

FERREIRA, D. C. **Impactos da migração residencial da zona rural para a urbana em Ilópolis/RS**. Estudo de Caso. 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/87447.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

FOGUESATTO, C. R.; et.al. **A Sucessão geracional na agricultura familiar sob a ótica dos jovens migrantes**. Disponível em <[http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/A\\_SUCESSO3O\\_GERACIONAL\\_NA\\_AGRICULTURA.pdf](http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/6/2016/03/A_SUCESSO3O_GERACIONAL_NA_AGRICULTURA.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2017.

FRÖHLICH, E R.; DORNELES, S. B. **Elaboração de Monografia na Área de Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa – UAB/UFRGS**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural EAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

PREZOTTO, L. L. **Qualidade Ampla: Referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado**. Inovações nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p.285-300.

SIDEGUN, J. D. **Saída do jovem da atividade agrícola e os reflexos deste acontecimento na agricultura familiar de Picada Café**. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/54603/000855320.pdf?sequence=1.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.



VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático DRP**. Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA. Brasília/DF 2006. 62 p.

ZÓTIS, T. S. **Causas e consequências da evasão de jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo/RS**. 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/62831.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2017.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.****Nome do entrevistado:****Código de identificação:****Local de residência:****Residência anterior:****Obs: Todas as questões referem-se ao contexto anterior e posterior a saída do jovem da UPA da família.**

1. Qual é a composição familiar, (pais e irmãos) idade, grau de instrução e residência atual?
2. Quais as atividades, funções e ocupação dos integrantes da família?
3. Qual era ou é, a área da propriedade rural, e qual é o regime de posse?
4. Quais eram ou são as culturas e criações com fins comerciais e de autossustento produzidas na propriedade?
5. Quais eram ou são as benfeitorias da família na UPA e o estado de conservação delas?
6. Qual era a renda aproximada da UPA?
7. Em seu ponto de vista a família possuía toda infraestrutura e bens materiais necessários para garantir a permanência de todos os integrantes na UPA? (Energia, água, transporte, internet...)
8. Como era e quem fazia o planejamento e a gestão técnica e econômica na UPA?
9. Como era a repartição dos ganhos econômicos gerados com as atividades produtivas da UPA?
10. Quanto ao lazer, o que faziam, o que fazem, e o que gostariam de fazer?
11. Quando residia no meio rural participava de alguma organização? E atualmente participa? Quais?
12. Em relação as questões ambientais, vê algumas dificuldades que impedem a permanência dos jovens no campo?
13. A propriedade rural tinha ou têm áreas com matas nativas preservadas? Quais os principais problemas ambientais em relação ao solo, água, fauna e flora da UPA?
14. Você acha importante a preservação ambiental?
15. Quais os principais problemas enfrentados por você e pela sua família atualmente e no passado?
16. O que é necessário para melhorar a qualidade de vida da sua família, da comunidade, e para garantir a permanência dos jovens na propriedade rural?
17. Quais os motivos que o levaram a migrar para a cidade, e que ano mudou-se?
18. Você está satisfeito com a vida na cidade? Quais as vantagens e desvantagens do meio urbano?
19. E quais as vantagens e desvantagens do meio rural?
20. Você pretende continuar a residir e trabalhar na cidade ou gostaria de voltar ao meio rural?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.****TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO****Trabalho de Conclusão de Curso  
INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL – UFRGS**

NOME: \_\_\_\_\_

RG/CPF: \_\_\_\_\_

Este **Consentimento Informado** explica o Trabalho de Conclusão de Curso “**Causas do Exôdo Rural em Arvorezinha/RS**” para o qual você está sendo convidado a participar. Por favor, leia atentamente o texto abaixo e esclareça todas as suas dúvidas antes de assinar.

Aceito participar do **Trabalho de Conclusão de Curso** “Causas do Exôdo Rural em Arvorezinha/RS” – *do Curso Bacharelado em Desenvolvimento Rural – PLAGEDER*, que tem como objetivo ”diagnosticar as causas que levam os jovens a migrar do campo para as cidades”.

A minha participação consiste na recepção do aluno “**Cleber Schuster**” para a realização de entrevista.

Fui orientado de que as informações obtidas neste Trabalho de Conclusão serão arquivadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS e que este projeto/pesquisa resultará em um *Trabalho de Conclusão de Curso* escrito pelo aluno. Para isso, ( ) **AUTORIZO** / ( ) **NÃO AUTORIZO** a minha identificação e a da propriedade para a publicação no TCC.

Declaro ter lido as informações acima e estou ciente dos procedimentos para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, estando de acordo.

Assinatura \_\_\_\_\_

Arvorezinha, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.